Cadernos
IHU ideias

JESUÍTAS BRASIL

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
Ano 15 • nº 263 • vol. 15 • 2017

Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira

Fabio Luis Barbosa dos Santos

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNISINOS

Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira

Six hypotheses to read the Brazilian conjuncture

Resumo

Este texto aborda a conjuntura brasileira após o impedimento da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016, analisando as alternativas colocadas para o campo da esquerda. O artigo estrutura-se por meio de seis hipóteses, partindo da especificidade política brasileira, para então analisar sobre o contexto sul-americano. O argumento central é que o movimento histórico da esquerda que teve como referência nuclear o Partido dos Trabalhadores, identificado com uma democratização do capitalismo brasileiro, esgotou-se. Neste contexto, o campo popular enfrenta a disjuntiva entre reciclar esta política, que ameaça repetir-se como farsa, ou construir o novo, que exigirá uma estratégia e instrumentos políticos para ir além do PT.

Palavras-chave: Política Brasileira; onda Progressista Sul-americana; Impeachment; Partido dos Trabalhadores.

Abstract:

This article focuses on the Brazilian context after Dilma Rousseff´s impeachment in August 2016, analyzing the alternatives faced by left politics. The text is structured around six hypothesis, beginning with the specificities of Brazilian politics to then analyze the South American context. The main argument is that the historical movement of Brazilian left that had Partido dos Trabalhadores as the core reference of a project to democratize Brazilian capitalism, is exhausted. In this context, the popular field faces the disjunctive between recycling these politics which are bound to repeat themselves as a farse, or building new politics, which will recquire a strategy and political instruments to go beyond PT.

Keywords: Brazilian Politics; South American Pink Tide; Impeachment; Partido dos Trabalhadores.

Cadernos
IHU *ideias*

Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira

Fabio Luis Barbosa dos Santos
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 15 • nº 263 • vol. 15 • 2017

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS

UNISINOS

Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ
Vice-reitor: José Ivo Follmann, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ
Gerente administrativo: Jacinto Schneider

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XV – Nº 263 – V. 15 – 2017
ISSN 1679-0316 (impresso)
ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Jéferson Ferreira Rodrigues; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. MS Gilberto Antônio Faggion; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: MS Jéferson Ferreira Rodrigues

Imagem da capa: Silkebr (Pixabay)

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Gustavo Guedes Weber

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003)- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- .
v.
Quinzenal (durante o ano letivo).
Publicado também on-line: <http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>.
Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).
ISSN 1679-0316
1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.
CDU 316
1
32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.
As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil
Tel.: 51.3590 8213 – Fax: 51.3590 8467
Email: humanitas@unisinos.br

SEIS HIPÓTESES PARA LER A CONJUNTURA BRASILEIRA

Fabio Luis Barbosa dos Santos
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

"Não existe outra alternativa: ou embarcar na ânsia modernizadora das elites 'neoliberais' nativas e estrangeiras, ou romper a estabilidade da ordem para forjar uma Nação e estabelecer circuitos de ida e volta entre ela, a sociedade civil e o Estado."

Florestan Fernandes. "PT em movimento", 1991.

"A esquerda brasileira precisa ser constantemente lembrada de que a luta continua, por menos viável que isto pareça. A desilusão com o PT criou uma espécie de vácuo: desta orfandade pra que lado se vai?"

Luis Fernando Verissimo. "A luta continua", Zero Hora, 11 de maio de 2017.

Introdução

Rompidas as condições que viabilizaram a pactuação social presidida pelo PT, a classe dominante declarou guerra ao povo brasileiro. A combinação entre o congelamento do gasto público por vinte anos, a projetada reforma da previdência e a reforma trabalhista apontam para uma regressão das condições de vida do trabalhador ao século XIX. Profundamente antipopular, este processo é acompanhado pela agudização da repressão e criminalização da luta social, por ataques à organização sindical e ao direito à greve, pela lei da mordaça, pela "escola sem partido", pela reforma do ensino médio, entre outras medidas visando coagir a insubordinação necessária.

O governo Temer é o instrumento político desta ofensiva. Concebido no pecado original da traição, é um mandato instável entre os de cima, leais enquanto lhes for útil, e impopular entre os de baixo, que lentamente começam a reagir. No momento, a brutalidade dos ataques não corresponde à capacidade de defesa do campo popular: será necessário construí-la. Frente a este desafio, a disputa sobre o sentido do *impeachment*

reveste-se de importância política central. Porque, da leitura que se faz do passado, depende a política futura.

A interpretação do campo filopetista é que o golpe foi **necessário** para implementar o projeto "da direita" em curso. Segundo este enfoque, a derrota de Aécio deixou as elites sem alternativa para impor seu programa, além do golpe. A truculência das medidas que seguiram comprovaria a tese. A principal função ideológica desta narrativa é relativizar, quando não ocultar, as continuidades em relação aos governos anteriores. Sua consequência programática é clara: ao sublinhar a ruptura e absolutizar o governo Temer, a restauração da ordem petista emerge como horizonte político.

Em outro polo, um setor da esquerda empenhado em demarcar a continuidade entre os governos entende que não houve golpe. Ao ignorar as nuances do processo, esta análise não dialoga com o profundo mal-estar popular, um dado que torna a conjuntura volátil e precisa ser explicado. No limite, este discurso arrisca a uma despolitização de sentido contrário. Nas ruas, o "fora todos" nunca foi uma alternativa ao "volta querida".

Um balanço da experiência petista à luz do movimento da história latino-americana recente é uma tarefa coletiva, a ser construída entre os setores comprometidos com a mudança do Brasil. Neste momento, esta é uma necessidade histórica, pois a prática futura precisa ter como ponto de partida a compreensão do que se passou, seguindo a tradição da *práxis* marxista, ou seja, da prática pensada.

Visando incidir neste debate, reafirmarei a seguir algumas hipóteses do livro "Além do PT. A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana"[1], acrescentando elementos da conjuntura no momento em que eclodiram as denúncias envolvendo Temer e a JBS, em maio de 2017.

1.

Primeira hipótese: o PT é corresponsável pela situação que o traga. Não é o único responsável, mas também não é uma vítima.

O partido é corresponsável pela crise que o envolve no presente em todos os seus aspectos: por ter mantido intocado o poder das corporações de comunicação; por ter incorporado e servido à lei de responsabilidade fiscal[2], à qual o partido foi historicamente contrário – e que ironicamente, serviu de pretexto para depor Dilma; por ter praticado uma

1 Fabio Luis Barbosa dos Santos. *Além do PT. A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana*. São Paulo: Elefante, 2016.

2 Negociada junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) no contexto da crise que antecedeu a desvalorização do real em 1999, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a lei estabelece uma hierarquia no gasto público, consagrando a prioridade máxima aos credores financeiros em detrimento de políticas sociais e investimentos públicos.

combinação entre cooptação e repressão com os movimentos populares, que resultou em um apassivamento do campo popular; por ter feito da corrupta política parlamentar a sua base, e nunca o povo – muito menos a esquerda. Foi neste terreno que tentou negociar a sua salvação até o último momento, sempre na moeda vil da política mercantil.

Não é ocioso recordar que a maioria dos deputados que declararam seu voto a favor da abertura do *impeachment* em abril de 2016, em um espetáculo que envergonhou o país, foram, em seu momento, aliados do governo petista.

2.

Segunda hipótese: o golpe não significa uma mudança no sentido da evolução da história brasileira, mas aponta para uma aceleração no ritmo e no tempo da política prevalente – e prevalente ao menos desde a ditadura militar.

É certo, como dizia o governo Dilma, que *impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe. Porém, o golpe não foi provocado por diferenças substantivas de projeto, que não há. O jogo virou no terreno da pequena política, que o PT comandou exitosamente por 13 anos.

Desta constatação, não se deve inferir que os governos são iguais: não há dúvidas de que o governo Temer é mais destrutivo para o campo popular do que o anterior. O ponto a enfatizar é que suas propostas não traduzem qualquer inflexão no **sentido** das políticas até então praticadas. Por exemplo: a emenda constitucional que congela os gastos públicos por vinte anos radicaliza a lógica do ajuste estrutural, praticada regiamente pelas gestões petistas. Dilma, inclusive, surpreendeu os servidores públicos ao propor o Projeto de Lei 257, de racionalidade similar, um mês antes de ser afastada. A mudança no regime de exploração do petróleo na camada pré-sal, aprofundada por Temer, também foi iniciada pelo governo deposto, enquanto a perseguição popular se escora na lei antiterrorista sancionada pelo governo Rousseff após a rebelião de junho de 2013.

Aqueles que se escandalizaram, compreensivelmente, com o ministério branco, masculino e senil nomeado por Temer, devem recordar o ministério escalado por Dilma. A presidenta colocou um banqueiro na Fazenda, Joaquim Levy; um ex-presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Armando Monteiro, no Desenvolvimento, Indústria e Comércio; o ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, filiado ao PR, era um discípulo de Paulo Maluf, imposto à presidenta pelo mensaleiro Waldemar Costa Neto; nos Esportes, o titular foi o pastor George Hilton, que havia sido apanhado pela Polícia Federal com caixas de dinheiro vivo e cuja sigla, o PRB, é controlada pela Igreja Universal do Reino de

Deus; o ministério das Cidades foi entregue a Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo, um notório inimigo dos movimentos de moradia da cidade e ex-presidente do DEM, sigla que acolhe os herdeiros políticos da ditadura. É fato que havia mulheres, como é o caso de Katia Abreu, uma ruralista que declarou, em seu discurso de posse no Ministério da Agricultura, que o país não tem mais latifúndio. Extremamente conservador, este ministério anunciava o estelionato eleitoral que estava por vir.

As continuidades entre os governos são sintetizadas pela figura de Henrique Meirelles: o atual ministro da Fazenda, açulado para presidir o país em caso de impedimento de Temer, comandou o Banco Central durante os governos Lula, quando deixou a bancada de deputados federais do PSDB para assumir o cargo.

A crise que desencadeou o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff não foi motivada por qualquer contradição política ou econômica fundamental em relação àqueles que contra ela se voltaram. Do ponto de vista programático, o segundo governo Dilma ressonava as pautas da direita. O anúncio da reforma da previdência, da reforma fiscal e o novo acordo em relação ao pré-sal, para não mencionar os ajustes fiscais, davam o tom da gestão no início de 2016. Então, por que trocar de presidente?

O que desencadeou o golpe foi o debilitamento das posições petistas no lodaçal da política parlamentar, o que está associado ao esvaziamento da sua funcionalidade política. Esta funcionalidade foi descrita por Ruy Braga como o modo lulista de regulação do conflito social, que pode ser resumido como uma combinação de modestíssimos ganhos para os extremos inferiores da pirâmide social brasileira – seja pela extensão de políticas de renda condicionada difundidas pelo Banco Mundial, seja por uma discreta evolução do salário mínimo, atrelada ao crescimento da economia brasileira – associada à intocabilidade do país como um negócio, para os bancos e para o capital internacional. A conjunção entre pequenos ganhos para os de baixo, com os lucros de sempre para os de cima, lastreou esta pacificação social relativa (BRAGA, 2014; 2016).

Este modo de regulação funcionou a contento durante o boom das *commodities.* Mas a reversão da conjuntura internacional favorável à exportação primária, que havia permitido às gestões petistas sustentar as políticas assistencialistas e a valorização do salário mínimo, dinamizando o mercado interno com o auxílio de crédito barato, colocava um cenário diferente para o governo. As pressões inflacionárias, o avanço do desemprego, as altas taxas de juros, a queda nas exportações, uma indústria soçobrando, tudo isso em meio a uma sucessão de escândalos de corrupção, acentuaram a fragilidade do Executivo, explorada ardilosamente por um Congresso cujo perfil reflete a degradação do tecido social brasileiro. A perspectiva de

redução no consumo das famílias, que se antevia pela primeira vez desde 2004, prenunciava que a base do lulismo estava em risco. Eram indícios de que a sua funcionalidade política também minguava.

O esvaziamento do modo lulista de regulação do conflito social se evidenciou nas jornadas de junho de 2013. Como disse Plínio Sampaio Jr., o PT ingressou na política colocando o povo nas ruas. Chegou ao poder, tirando o povo das ruas. E quando se tornou impotente para colocar ou tirar o povo das ruas, ficou sem nada. Foi isso o que a classe dominante entendeu naquele momento.

Do ponto de vista do capital, é certo que a crise que se avoluma pressiona por reformas antipopulares radicais. Porém, o governo não foi deposto porque, hipoteticamente, se recusaria a realizá-las. A estas alturas, isto é mera especulação. Os que sustentam esta hipótese são os mesmos que defenderam ardorosamente a eleição de Dilma contra Aécio, e em seguida, tiveram dificuldades em justificar o estelionato eleitoral que seguiu, quando o governo Dilma implementava as propostas do candidato derrotado.

O âmago da questão é que o PT se tornou prescindível para realizar as reformas antipopulares exigidas pelo momento. Quando assumiu a presidência pela primeira vez, em 2003, seu prestígio diante das organizações de trabalhadores foi fundamental para viabilizar, por exemplo, uma reforma da previdência que Fernando Henrique não conseguira emplacar. Em 2016, porém, a militância estava apassivada entre a dispersão e a resignação.

Neste cenário, o PT se tornou desnecessário para mediar o aprofundamento do neoliberalismo, ao qual jamais contrariou. E isso porque o campo popular se encontra apassivado e dividido após 13 anos de presidência petista. E a mobilização maior passou para o outro lado.

3.

Mas afinal de contas: qual o saldo da experiência petista após 13 anos? Houve avanços e acúmulo de forças no campo popular? Esta é uma questão central para avaliar as implicações entre a chamada onda progressista e a escalada conservadora que se vive não apenas no Brasil, mas em outros países da região. Respondo a esta questão com uma terceira hipótese: as gestões petistas são corresponsáveis pelos retrocessos do presente, mas também do futuro.

Proponho dois critérios para avaliar se houve avanços, e se o campo popular acumulou forças: 1) ponderar se o campo popular fortaleceu-se em sua autonomia, pois esta é a única garantia de que qualquer conquista social se sustente; 2) analisar se o país se aproximou ou se

distanciou de mudanças estruturais. Afinal, esta é a razão de ser da política de esquerda.

Em relação ao primeiro ponto: entendo que a política petista não fortaleceu o campo popular, mas o confundiu, o apassivou e o alienou.

Ao implementar um programa e recorrer a práticas de direita, mas apresentando-se como esquerda, o petismo colaborou para confundir o campo popular. A indiferenciação entre esquerda e direita alimenta a apatia, que, por sua vez, é uma modalidade de despolitização.

Desde a primeira vitória de Lula, em 2002, o partido jamais cogitou construir uma correlação de forças para modificar o Estado brasileiro. Ao contrário, embarcou de modo consciente e determinado nas práticas da política profissional, caracterizada pela venalidade e pelo oportunismo, em detrimento de qualquer compromisso com um projeto nacional.

É possível que, em um primeiro momento, o móvel fosse uma convicção pragmática de que estes eram os meios possíveis para atingir fins que se pretendiam legítimos. Porém, os fatos logo trataram de desmistificar esta leitura ingênua, pois estes meios só servem para atingir um determinado fim, que é a reprodução da ordem.

Assim, se havia uma ilusão de que os petistas manejavam o Estado por meios escusos para fins legítimos, o que ocorreu foi o inverso, e a máquina petista foi absorvida pela política convencional, da qual se tornou parte integrante. A diferença entre o PT e seus aliados com um passado de esquerda passou a se limitar às nuances e não à substância: o peixe de água doce e o peixe de água salgada, como disse o então candidato à presidência Plínio de Arruda Sampaio em 2010.

Ao abdicar de qualquer perspectiva de modificar o Estado brasileiro, que é estruturado para manter a dominação de classe, o PT encaminhou seu governo pela estrada da direita e logo engatou a quinta marcha. Era um caminho político sem volta e cheio de pedágios: Antônio Carlos Magalhães, José Sarney, Paulo Maluf e Fernando Collor de Mello estiveram entre os mais notórios. A chamada “governabilidade” significava apoiar, cada vez mais, a sustentação do governo no movediço lodaçal da politicagem parlamentar.

Porém, ao preservar sua identificação com a esquerda, o partido aprofundou a descrença popular em relação à política em geral, e à esquerda em particular. É sob este prisma que se compreende os altíssimos índices de abstenção nas eleições municipais de 2016, que nas duas maiores cidades do país superou a votação do eleito quando somada aos votos nulos e em branco. No caso de São Paulo, o único candidato que não era associado à política profissional superou três ex-prefeitos eleitos pelo PT, ainda no primeiro turno – inclusive o que buscava a reeleição –

além de um político ordinário também forjado nos meios de comunicação, cujo conservadorismo assustava muitos. No Rio de Janeiro, um ex-ministro do governo Dilma e também ministro da Igreja Universal derrotou um candidato de esquerda na própria periferia, acenando com o encantamento da fé como um substitutivo para o desencantamento com a política.

O outro lado desta política que converteu o PT em braço esquerdo do partido da ordem foi distanciá-lo cada vez mais das suas bases populares. Isto não significou, necessariamente, negligenciar as organizações que historicamente o apoiaram: as gestões petistas envolveram organizações populares na gestão pública, mas não para realizar suas demandas históricas, e sim para neutralizá-los. É claro que esta é uma via de mão dupla: setores organizados dos trabalhadores brasileiros se identificaram com esta política, seja por acreditarem nos avanços possíveis, seja pelos benefícios materiais e simbólicos que acessaram no processo.

Assim, enquanto engrenagens que tangenciavam a cooptação neutralizavam alguns dos setores mais organizados e combativos dos trabalhadores brasileiros, aqueles na base da pirâmide social eram incorporados às políticas de renda condicionada. Nenhuma delas fomentou a politização, mas o seu contrário. A postura do governo no campo da comunicação traduzia essas escolhas: não se tratava de fomentar os meios alternativos e a consciência crítica, mas de conseguir a simpatia da mídia corporativa, cujo poder permaneceu intocado.

O resultado desta política foi que as bases de apoio inorgânicas do governo se vincularam aos modestos e passageiros avanços facilitados em anos de crescimento econômico, cuja dinâmica não se controla. Entre os setores organizados, a disjuntiva entre ser sócio minoritário do poder ou fazer oposição provocou fraturas no movimento sindical e em organizações populares. A defesa de um governo antipopular, porém identificado com a esquerda, gerou situações ambíguas para a militância, em todos os níveis. No limite, as contradições distanciaram as organizações das suas bases. Apenas os mais comprometidos política ou emocionalmente com o PT eram capazes de fazer vistas grossas ao que ocorria. Ainda que estas tensões não tenham convergido em uma oposição de esquerda, a desilusão reforçou o apassivamento e a fragmentação.

Inicialmente, justificou-se este apoio tácito com o argumento de que o governo estava em disputa. Entretanto, para quem tinha olhos para ver, a noção de que era possível disputar o governo e trazê-lo para a esquerda já havido nascido morta. Em primeiro lugar, porque o governo nunca esteve aberto a esta possibilidade: sua relação com as organizações populares foi sempre instrumental, reforçada pela manipulação carismática de seu líder principal. Em segundo lugar, a economia política do lulismo im-

plicava um debilitamento das organizações de trabalhadores. O esgarçamento do tecido social e a alienação inerente ao marketing político dificultavam a mobilização, mas a perda de autonomia foi fatal do ponto de vista da eficácia.

Fazendo uma figura de linguagem, os movimentos se casaram com o governo acreditando que o mudariam, mas foram eles que acabaram mudando. Por sua vez, o governo descobriu neste casamento que, apesar de numerosas traições públicas, o divórcio estava fora do ecúmeno do parceiro. Assim, o recurso a alianças sórdidas e práticas imorais não teve limite. Vulgarizando a analogia, enquanto o governo sentia que não precisava cultivar o cônjuge, que tudo podia entender, se desdobrava para agradar os amantes, entre os quais o voluptuoso PMDB.

As crises políticas acentuaram o descolamento entre a fidelidade dos movimentos e a venalidade do governo. Desde a primeira grave crise em torno do mensalão em 2005, a base orgânica do PT brandiu a ameaça de golpe, apesar do consenso contra o *impeachment* neste momento entre os principais setores da burguesia. Em lugar de considerar a possibilidade de que o PT, que praticava uma política conservadora em todas as esferas, também manobrasse a máquina parlamentar de maneira convencional, recorrendo ao suborno, o campo popular cerrou filas com o governo: 43 organizações assinaram uma "Carta ao povo brasileiro" homônima ao documento de 2002, taxando as denúncias como manobras golpistas. Perdeu-se uma oportunidade de fazer a crítica e a autocrítica. Enquanto isso, o Planalto respondia reforçando a participação do PMDB no governo, os compromissos com o capital financeiro e as políticas assistencialistas focalizadas.

Dez anos depois, a operação Lava Jato também seria reduzida a uma perseguição política, apesar da prisão de empresários em cuja inocência poucos acreditam. Nestes dias, ainda se escutavam ecos da retórica do "governo em disputa", o que implicava que o campo popular tinha sido derrotado em todas as batalhas ao longo daquele período. Entre alguns dirigentes, o discurso foi enriquecido com a ideia de que se armava um cerco contra a esquerda. O que não se enxergava era que o PT há muito fazia parte do cerco, e não da esquerda.

Por fim, a política petista contribuiu para alienar o povo em lugar de politizá-lo, pois promoveu o consumo como solução para os problemas sociais – uma via individual e não coletiva, que mercantiliza o que são direitos, como saúde, educação e previdência. Em lugar de fomentar saídas de classe para os problemas brasileiros, o partido na presidência cultivou variantes da ideologia e da prática liberal: políticas focalizadas, conciliação de classes e inclusão pelo consumo.

Ainda mais: ao dobrar-se à camisa de força imposta pelas finanças à gestão do Estado, sintetizada na lei de responsabilidade fiscal, o PT corroborou a visão de que a coisa pública deve ser gerida segundo a lógica da empresa privada. Seguindo este raciocínio – que oculta a constatação básica de que o Estado não deve ter a mesma finalidade de uma empresa, que é gerar lucro –, faz sentido eleger um rico empresário como João Doria.

No momento, a retórica que procura insular a política da economia preside os debates em torno da sobrevivência de Temer, após as delações da JBS: o debate no partido da ordem é se o governo Temer (a política) tornou-se um empecilho para avançar as reformas (a economia), ou ainda é um instrumento útil nesta direção. O discurso que os unifica é o de que o Brasil não pode parar. As reformas, vendidas como tábua de salvação da economia, devem ser realizadas à revelia dos solavancos da política.

Há três alternativas colocadas: enquanto o presidente golpista defende a sua eficácia, com o apoio de veículos como a Folha e o Estado de São Paulo, outros consideram que a deposição do peemedebista abreviaria uma crise irreversível, que dificulta a aprovação das reformas. No momento, tem o apoio da Rede Globo. Enquanto o PSDB quebra a cabeça para bolar uma saída do governo que lhe favoreça (por exemplo, quem presidir a transição não pode ameaçá-lo eleitoralmente no futuro, o que desfavorece Rodrigo Maia), o PT inverte a lógica que o vitimou: seu objetivo é sangrar o governo Temer, apostando em uma degradação generalizada da política, acompanhada de um amornamento das lutas sociais, que lhe devolverá a funcionalidade como gestor da ordem. Por outro lado, a dificuldade que o campo popular tem em aceitar que Lula é uma alternativa do partido da ordem, e não da esquerda, tem freado consistentemente o avanço da luta popular na direção do novo, único caminho aberto à esquerda. A confusão, o apassivamento e a alienação fomentados nos últimos anos contribuem para este impasse.

O segundo critério: nos aproximamos ou afastamos de mudanças estruturais? Aos avanços modestos e desde logo provisórios, como a expansão do bolsa família ou das universidades federais, corresponderam uma deterioração do tecido social do país, indicando um distanciamento de mudanças estruturais. Observa-se uma economia mais desnacionalizada, menos industrializada, mais extrativista e mais dependente. Uma sociedade na qual o trabalho é cada vez mais precário, uma reforma agrária que retrocedeu, serviços públicos que se deterioraram e se mercantilizaram. Uma política e uma sociedade cada vez mais conservadoras e violentas.

Diante deste quadro, fica a pergunta: o que significa a expansão do bolsa família (que sequer se consolidou como um direito), diante da degradação do mundo do trabalho no país, que se acentuou sob as presi-

dências petistas e que está na iminência de descambar?[3] O que significa expandir as universidades federais, ante a ameaça da sua sobrevivência como tal?[4]

Alguns dirão que estávamos melhor com o PT do que com o governo atual. No plano imediato, é inegável que o governo Temer é mais truculento e agressivo do que as gestões anteriores. Porém, mais além do imediato, é preciso constatar que as gestões petistas alimentaram todos os atores que o campo popular enfrenta na atualidade e que enfrentará no futuro – o capital financeiro, o agronegócio, a mídia corporativa, o neopentecostalismo, os partidos conservadores etc. E, **ao mesmo tempo**, debilitou-o para enfrentar estes desafios. Isto porque a política petista confundiu, apassivou e alienou o campo popular. Foi este o preço político pago pela classe trabalhadora brasileira pela aposta na conciliação de classes.

Durante uma década, esta aposta pareceu certeira. As gestões petistas se beneficiaram de um contexto internacional favorável e de sua competência para gerir as tensões sociais, recebendo os louvores da comunidade internacional. Quando esta tendência mostrou claros indícios de reversão, o modelo se esgotou. Sob o espectro de um aguçamento da crise, o capital antevê a necessidade de um assalto agressivo aos trabalhadores, para o qual a mediação petista é prescindível. A despeito das seguidas concessões de Dilma, o braço direito da ordem retomou a iniciativa e não tem por que terceirizá-la.

Porém, ao longo destes anos, a história não foi congelada. O Brasil de 2016 não é igual ao de 2003, mas está pior: a criminalidade, a violência, o narcotráfico, as prisões, o Congresso, o transporte público, o ensino público, a saúde pública, a previdência social, o seguro-desemprego, os direitos trabalhistas, as relações de trabalho, a indústria nacional, a reforma agrária, os transgênicos, a Amazônia, a crise energética, a crise hídrica, os desastres ambientais, a questão indígena, os meios de comunicação, o mimetismo cultural, o futebol: não há lado para que se olhe e se descubra um país melhor. E tudo indica que piorará mais.

---

3 De cada dez novos empregos gerados durante os anos 2000, nove pagavam menos de 1,5 salários mínimos. Em 2014, quando se acentuavam os efeitos da desaceleração econômica, cerca de 97,5% do emprego criado situava-se nesta faixa de remuneração. Ao mesmo tempo, constatou-se uma elevação da taxa de terceirização das empresas, o aprofundamento da flexibilidade da jornada de trabalho, um aumento na taxa de rotatividade do emprego e um crescimento dos acidentes e mortes no trabalho – todos indícios de uma deterioração da qualidade do trabalho criado, correspondente com a natureza das forças motrizes da economia no período: a construção civil, o agronegócio e o setor de serviços. Ver Braga, op. cit.

4 Sobre a política universitária das gestões petistas, consultar: Zagni, 2015.

É então que se evidencia o efeito nefasto que o lulismo teve para a organização dos trabalhadores. Confrontado com uma iminente ofensiva antissocial após três presidências e meia do PT, o campo popular se encontra dividido, debilitado e desprestigiado. As políticas petistas fomentaram duplamente esta situação, porque pretenderam instrumentalizar as organizações em lugar de fortalecê-las, ao mesmo tempo em que degradaram o tecido social em que elas se apoiam. O resultado é uma regressão subjetiva e objetiva das condições de defesa dos direitos sociais.

Aprofundando as determinações do capitalismo dependente e seus efeitos deletérios em todas as dimensões da sociedade brasileira, as gestões do PT agravaram as condições em que se luta pela mudança social no país. Por outro lado, ao enfraquecerem subjetiva e objetivamente o campo popular, colaboraram para debilitar os instrumentos sociais com que se deveria resistir à investida conservadora que se anuncia. Por isso, é possível afirmar que as gestões petistas são corresponsáveis pelo retrocesso que nos ameaça no presente, mas também pelo que se assoma no futuro.

4.

Estas constatações derivam em uma quarta hipótese: o PT se tornou um fator de imobilismo da política de esquerda no Brasil, que é preciso superar. É necessário valorizar a importância que o partido teve como primeira expressão política autônoma dos trabalhadores brasileiros (FERNANDES, 1991). Mas reconhecer o esvaziamento da sua razão de ser, a partir do momento em que se converteu à política convencional, tornando-se o braço esquerdo do partido da ordem.

É claro que há muitos militantes valorosos dentro do PT. Mas estes foram impotentes até o momento para reverter o curso do partido, e continuarão sendo. Para fazer uma figura de imagem: não é porque há religiosos de esquerda como Frei Betto ou Leonardo Boff entre seus quadros, que a Igreja católica se tornará uma instituição progressista. O PT também tem seus cardeais e o seu papa, que todos sabem quem é, e ninguém ousará desafiar.

Aqueles que teimam na regeneração do partido assistem a provas cotidianas em direção contrária. Se é certo que o povo deu as costas à Dilma, como disse Mano Brown, as tentativas de mobilização em sua defesa ficaram reféns da ambivalência petista. No período em que a presidenta esteve afastada, entre abril e agosto de 2016, muitos no partido hesitaram ou se opuseram a acudir às massas. Entre estes estava o líder máximo petista, que não perdeu tempo costurando sua volta à disputa presidencial em 2018. O descolamento entre as manobras da direção pa-

ra subsistir politicamente e a sua base, onde muitos viviam a agonia genuína de uma derrota popular, foi escandalosa.

Consumado o *impeachment*, quem esperava alguma autocrítica se frustrou. O hiato entre o discurso do golpe necessário e a prática partidária foi abismal: o PT se coligou com partidos da base golpista em cerca de 1500 candidaturas a prefeito Brasil afora, em muitos casos com tucanos e com o DEM. Enquanto isso, candidatos evitavam falar no assunto, receando uma contaminação desfavorável ao interesse eleitoral. Foi este o caso do então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, que considerou a palavra "golpe" um "pouco dura". No enterro da esposa de Lula alguns meses depois, o senador Lindbergh Farias falava pelo partido: "**ainda** consideramos Temer um presidente **ilegítimo**" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2017, grifos meus).

O resultado deste hiato entre o discurso envergonhado do golpe e a rapidez com que o partido se realinhou à normalidade, como se nada tivesse acontecido, é a desmoralização da esquerda que se integrou à ordem. Superficialmente, a indiferenciação alimenta a apatia e a despolitização, pois, como dizia Frei Betto, quem tem nojo de política é manipulado por quem não tem. Mas o momento também contém um necessário potencial de radicalização, pois, para mudar o Brasil, de fato será preciso um dia *que se vayan todos*, como se cantou na Argentina em 2001. Evidentemente, isso exigirá uma força popular da qual estamos distantes. E os governos do PT aumentaram muito essa distância, em lugar de encurtá-la.

Além da degeneração do tecido social brasileiro, que tem expressão política visível no grotesco espetáculo do *impeachment*, o lulismo teve um impacto regressivo formidável sobre a esquerda brasileira. No plano político, a noção de que a oposição ao governo era fazer o jogo da direita conduziu ao imobilismo. O fantasma de que todo escândalo de corrupção tratava-se de golpismo cegou a militância ao exercício necessário da crítica e da autocrítica. Como foi possível compactuar com o mensalão? Como a prisão de empreiteiros pela Operação Lava Jato pode ser reduzida a uma perseguição política? Por acaso a corrupção das campeãs nacionais é menos criminosa do que as demais?

Este embaçamento dos critérios também dificultou a leitura das nuances conjunturais, o que permitiria entender quando de fato se configurou o golpismo e por quê. Mas para isso é necessário autonomia, virtude capital para qualquer organização popular.

Refém do modo petista de regular o conflito social, o horizonte político de sua base se estreitou cada vez mais, até se confundir com uma apologia da ordem. "Neodesenvolvimentismo", "regionalismo pós-neoliberal", "nova classe média", "nova classe C" são algumas ideologias mobilizadas no pro-

cesso. Cada um tem o direito de formar suas convicções políticas, e não há pecado em defendê-las. O problema é que o PT era identificado com a esquerda por antonomásia e, portanto, esta apologia da ordem foi interpretada e defendida **como se fosse** uma política de esquerda.

Na prática, a convergência entre as estratégias petistas de neutralização da crítica e a incapacidade de parte da militância em se desprender emocionalmente do partido provocaram uma espécie de sequestro da esquerda. Em outras palavras, o mais grave não é que o PT pratique uma política conservadora, mas sim que isso seja identificado como uma política de esquerda. Este "pragmatismo" reduziu em tal proporção o horizonte da mudança que terminou simplesmente por congelá-la. O imobilismo é a principal herança política do PT após três presidências e meia.

Entendo que este continua sendo o argumento mais forte em defesa do voto nulo contra o voto pelo mal menor em pleitos passados e futuros: é preciso libertar a imaginação da esquerda, aprisionada na garrafa pelo gênio lulista.

Afinal de contas, o argumento do mal menor depende de perspectiva histórica. Visto do ângulo do período que se abre, é difícil achar que o campo popular está mais preparado para enfrentar os ataques que se anunciam do que estava há uma década e meia. Ao longo dos governos do PT, os instrumentos de poder popular não foram fortalecidos, mas debilitados. E este foi um paradoxo das crises vividas pelo PT no poder: uma hipotética saída pela esquerda tornou-se cada vez menos possível, porque os atores que poderiam sustentá-la tiveram sua combatividade progressivamente drenada.

Outro paradoxo é que o PT se tornou o partido do mal menor para aqueles à esquerda, mas também à direita do espectro político. O petismo aposta em uma degradação do governo Temer acompanhada de um rescaldar da movimentação popular que, ao atiçar o espectro da desordem, lhe devolveria a funcionalidade política. Enquanto nas ruas apresenta-se cinicamente como alternativa às reformas, em Brasília vende-se como o fiador da ordem: o instrumento da pacificação social, sob a égide de um "pacto", que seria mais uma saída conservadora em um momento de crise na história do Brasil.

Nas ruas, o espectro do petismo segue travando as lutas populares: um "fora Temer" pautado por consignas calibradas de modo a não ferir as susceptibilidades petistas, combinado com mobilizações grevistas cujo ritmo e calendário parecem responder antes ao tempo das manobras de Brasília, das quais o PT é parte, do que à urgência que os ataques impõem.

Neste cenário, a movimentação popular vive um dilema. Disciplinada pelos trilhos PT-CUT, mobilizam-se os mais politizados. Mesmo que os

críticos à esquerda torçam o nariz, não deixarão de comparecer. Porém, o teto desta frente é baixo: o povo percebe que este é um caminho passado e, portanto, é sem futuro. Só o novo na esquerda pode disputar o discurso da modernização com a direita.

Enquanto a ambiguidade der o tom nas mobilizações massivas, patinaremos. A associação entre a resistência aos ataques com a defesa do PT, reforçada pela mídia, atrapalha. Porque o PT está desmoralizado como política alternativa. É preciso dissociar a agenda da esquerda da agenda do PT. As manifestações contra as reformas não devem ser antipetistas, mas não podem ser petistas. O partido, ou ao menos sua militância, se somará, desde que subordinada a um programa contra o ajuste estrutural. Esta é a única garantia de que o fora Temer não seja manipulado para fins eleitorais.

Pois é precisamente esta a política petista: caso sobreviva politicamente, Lula se apresentará como único candidato capaz de brecar os ataques do governo golpista. Militantes exortarão a unidade da esquerda, após década e meia fazendo frente com o capital. A ideologia do golpe necessário acobertaria a política do mal menor, que, no entanto, é cada vez maior. A burguesia brasileira, que quebra a cabeça para desfazer-se de Temer, pode chegar à conclusão de que esta é a saída mais razoável: afinal, o ex-sindicalista na presidência deu inúmeras provas de confiabilidade. A tragédia lulista se reencenaria como farsa. Desta vez com tons messiânicos, condenando os fiéis a se ajoelharem diante da versão brasileira do fim da história.

Se Temer promete uma “ponte para o futuro”, o PT oferece, na melhor das hipóteses, uma ponte para o passado.

5.

É fundamental que a esquerda faça a autocrítica, que este partido nunca fará. Porque, das lições que se tira da experiência recente, depende o alcance da política futura. Quem entende que o golpe foi movido por diferença de projeto, tem como horizonte o restabelecimento da ordem petista. Os críticos desta ordem precisam dissecá-la impiedosamente, tirando as suas lições.

Parte desta crítica envolve examinar a política externa brasileira nos governos recentes, em particular, para a América do Sul. Pois, na medida em que os motivos à esquerda para votar no PT foram se encolhendo nos sucessivos pleitos presidenciais, a noção de que este governo praticava uma política externa “altiva e ativa”, na qual se escoravam gestões progressistas sul-americanas para desafiar a influência estadunidense na

região, resistiu como um dos últimos bastiões para diferenciar este governo, antes de sucumbir ao voto resignado pelo mal menor.

Esta questão deriva em uma quinta hipótese: as gestões petistas foram um freio e não um acelerador da onda progressista sul-americana. Fundamentalmente, porque a sua política regional neutralizou, na prática, as iniciativas de potencial radical, emanadas sobretudo da Venezuela no período. Iniciativas como a ALBA, Telesur e o Banco do Sul teriam outro alcance com uma adesão brasileira.

E o Brasil não aderiu porque o projeto de integração petista não tinha orientação contra-hegemônica. Ao contrário, a retórica integracionista disfarçava aspirações de liderança regional. Sob esta lógica, o bolivarianismo foi visto antes como um competidor do que como um parceiro.

O substrato econômico da política de integração regional petista foi a estratégia do governo brasileiro de apoiar a internacionalização de grandes empresas de capital nacional ou sediadas no país, entendidas como vetor do desenvolvimento capitalista nacional: é a política das "campeãs nacionais". Este apoio se materializou principalmente por meio de uma diplomacia empresarial, praticada pelo Itamaraty, e pela política de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Beneficiaram-se deste apoio setores concentrados e oligopolizados do capitalismo brasileiro, notavelmente no campo da construção civil e da exportação primária, em torno a produtos como soja, etanol, minérios, carne, petróleo e outros, em um processo que pode ser descrito criticamente como uma "otimização das especializações econômicas regressivas" (GARZÓN, 2009). A justificativa para este foco é a avaliação de que são os setores em que o país é mais competitivo internacionalmente.

A ação do banco intensificou a concentração de capitais em setores da economia brasileira. Este movimento foi acelerado com a crise mundial iniciada em 2008, e atingiu um recorde em 2010, quando registraram-se mais de 700 operações de fusões e aquisições de empresas brasileiras. Para dar alguns exemplos: o banco proporcionou R$ 6 bilhões ao grupo JBS para aquisições no Brasil e no exterior, que a converteram na maior produtora de carne do mundo; R$ 2,4 bilhões para a Votorantim Celulose adquirir a Aracruz Celulose, resultando também em uma das maiores produtoras de celulose, a Fibria; mais de R$ 1,5 bilhão para a fusão da Sadia com a Perdigão, tornando o grupo Brasil Foods o maior exportador mundial de frango (SAGGIORO, 2012).

O caso da famosa JBS, que se converteu na maior produtora de carne do mundo, é emblemático: dois anos depois de financiar a compra

da maior empresa de carne bovina na Argentina, a estadunidense Swift Armour, o BNDESPar injetou R$ 4,5 bilhões no conglomerado JBS-Friboi para a compra da Swift&Co. e Pilgrim's Pride Corp nos Estados Unidos. Em 2008, o BNDESPar detinha 20% das ações da empresa, participação que chegou em anos seguintes a 35%, como forma de eliminar dívidas e debêntures. Até 2010, o BNDES já investira mais de R$ 7,5 bilhões na JBS (ESTADO, 2010).

No entanto, o protagonista da expansão internacional dos negócios brasileiros foi a construção civil, setor que se fortaleceu sob a ditadura e diversificou suas atividades ao se envolver com as privatizações nos anos 1990, também impulsionadas pelo BNDES. De modo geral, estas empresas tornaram-se conglomerados diversificados, que tem na construção apenas mais um ramo de atividade. Deve-se lembrar que o setor também foi estimulado pela gestão petista por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), de modo que há quem interprete este apoio do BNDES à expansão internacional das empreiteiras como uma extensão do PAC (GARZÓN, 2009).

Muitos projetos apoiados pelo banco têm grande impacto socioambiental, além de envolverem empresas que desrespeitam sistematicamente a legislação trabalhista. Por estes motivos, sua atuação foi contestada pelo campo popular no Brasil e em outros países da região. No âmbito sul-americano, registraram-se múltiplas controvérsias. No Equador, a tensão entre o governo Correa e a Odebrecht em função das irregularidades na construção da hidrelétrica de São Francisco conduziu os países à beira de uma crise diplomática em 2008. Na Bolívia, os conflitos em torno da construção de uma rodovia atravessando o TIPNIS, simultaneamente um parque ambiental e uma reserva indígena, são considerados como um divisor de águas na relação do governo Morales com os movimentos indígenas. Apesar da repressão brutal à oitava marcha indígena em 2011, a obra adjudicada à construtora brasileira OAS, que contava com crédito de US$ 332 milhões do BNDES, foi suspensa. Situação similar envolveu a construção de hidrelétricas na Amazônia peruana, impedidas até o momento pela resistência popular.

O caso peruano ilustra a estratégia regional brasileira. Em 2010, os presidentes Lula e Alan García assinaram um acordo prevendo a construção de cinco hidrelétricas na Amazônia peruana, que exportariam 80% da sua produção para o Brasil. A primeira e principal delas se situaria em Inambari, obra adjudicada a um consórcio de três empresas brasileiras, liderada pela construtora OAS. Mais além do projeto em si, pretendia-se desencadear um movimento orientado a acoplar a econo-

mia peruana ao Brasil, como aconteceu com a construção do gasoduto boliviano no final dos anos 1990, marco a partir do qual o Brasil se tornou o principal parceiro comercial deste país. Na visão dos formuladores brasileiros, o resultado é que se estreitariam os laços econômicos regionais, fortalecendo a base material para a autonomia política da região, sob a liderança brasileira. Foi esta a motivação do ativo apoio do governo petista à eleição do presidente peruano Ollanta Humala, em 2011, ainda que o candidato que dizia "*agua sí, oro nó*", em oposição aos grandes projetos de mineração, tenha dado as costas ao Brasil após se tornar chefe de Estado.

Em linhas gerais, a racionalidade petista entende que a internacionalização de corporações brasileiras serviria de alicerce material para projetar regionalmente a influência do país, modificando seu padrão de inserção internacional. Ou para usar o jargão do meio diplomático, tornar o Brasil um "*global player*".

Foi nesta perspectiva que se criou em 2008 a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Em oposição à lógica pleiteada pela Aliança Bolivariana para os Povos da América Latina (ALBA) sob a liderança de Hugo Chávez, que apontava para formas de integração que transcendessem a racionalidade mercantil, avançando em uma direção contra-hegemônica de escopo latino-americano, a UNASUL esteve pautada pelo mínimo denominador comum capaz de aglutinar políticas díspares na América do Sul, como as praticadas pelos governos de Venezuela e Colômbia naquele momento.

Do ponto de vista brasileiro, o movimento integracionista ampliava as frentes de negócio e fortalecia seu protagonismo político. Os demais países da região tinham duas motivações fundamentais para se acercar. Por um lado, há aqueles que enxergaram a oportunidade de consolidar um campo político alternativo à influência estadunidense. Esta é a motivação subjacente aos países sul-americanos que integram a ALBA. Por outro lado, há países que fazem negócios com o Brasil como fazem com qualquer país, como é o caso do Peru. Sintomaticamente, Venezuela e Peru são os dois países em que a Odebrecht, corporação que simboliza a expansão apoiada pelas gestões petistas, movimenta maior volume de negócios.

Em suma, a política externa brasileira instrumentalizou a integração regional em favor da expansão mercantil das chamadas "campeãs nacionais". Como se trata de negócios baseados na superexploração do trabalho e na devastação dos recursos naturais, foi esta a lógica da integração liderada pelo Brasil, expressa de forma lapidar na Integração da Infraes-

trutura Regional Sul-Americana (IIRSA)[5], lançada no governo Fernando Henrique Cardoso e incorporada posteriormente à UNASUL.

A retórica das gestões petistas associou esta expansão de negócios oligopólicos brasileiros e multinacionais ao "neodesenvolvimentismo" e, ao mesmo tempo, identificou este neodesenvolvimentismo com uma integração regional pós-neoliberal. Neste processo operou-se uma manobra ideológica multifacetada: confundiu-se interconexão com integração; crescimento com desenvolvimento; interesses oligopólicos com interesse nacional; diplomacia empresarial com cooperação sul-sul; e a internacionalização de negócios brasileiros com integração pós-neoliberal.

Por fim, confundiu-se a gestão de conflitos regionais, principal virtude atribuída a UNASUL, com soberania. É importante recordar que os Estados Unidos sempre apoiaram o protagonismo brasileiro na região. Por exemplo, durante a administração Obama, a subsecretária de Assuntos Políticos do Departamento de Estado, Wendy Sherman, enfatizou: "Hoje, o Brasil é um parceiro estratégico para endereçar questões globais – e não somente hemisféricas – de preocupação comum. E eu quero deixar claro que os Estados Unidos precisam e dão as boas-vindas ao positivo papel expandido do Brasil" (SHERMAN, 2012).

Ao longo das gestões petistas, não houve ocorrências em que a intercessão brasileira nos assuntos regionais contrariasse a potência mundial. O Brasil interveio em direção oposta aos interesses golpistas endossados pelos Estados Unidos nas crises políticas em Honduras, em 2009, e no Paraguai, em 2012. No entanto, em ambos os casos esta atuação foi impotente para reverter o curso dos acontecimentos, a despeito de um esforço ostensivo na situação paraguaia.

A dimensão política da integração regional foi subordinada ao desígnio do governo brasileiro de atuar como uma espécie de mediador regional: a esquerda responsável, que condena os excessos do chavismo e dialoga com a direita. Lembremos que a criação da UNASUR foi um avanço, mas também uma forma de neutralizar a ALBA.

---

5 Proposta em 2000, durante uma cúpula de presidentes sul-americanos em Brasília, a IIRSA foi pensada como a dimensão de infraestrutura de um projeto de integração referenciada no regionalismo aberto. A carteira incluindo mais de quinhentos projetos de transporte, comunicação e energia foi desenhada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que retalhou o subcontinente em dez eixos de integração e desenvolvimento segundo uma racionalidade orientada por corredores de exportação de matérias-primas. Em termos territoriais, pretendia-se superar dois obstáculos "naturais" à integração subcontinental, os Andes e a Amazônia, potencializando os nexos entre a costa Atlântica (o Brasil) e o Pacífico, em um contexto de gravitação do dinamismo da economia mundial para a Ásia. Na ocasião, muitos a interpretaram como a face infraestrutural da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA).

6.

A análise precedente deriva em uma sexta hipótese: há uma correspondência entre o alcance e os limites da onda progressista no plano nacional, e a dinâmica na esfera da integração regional.

O marco comum da onda progressista sul-americana, entre os processos que reivindicaram uma orientação revolucionária e os que acenaram com o reformismo, foi a pretensão de se contrapor ao neoliberalismo. Porém, a despeito das credenciais radicais de alguns dos presidentes eleitos, prevaleceram gestões nos marcos do que foi descrito com benevolência como *izquierda permitida* (WEBBER & CARR, 2013), caracterizadas por sua complacência com as estruturas macroeconômicas que herdaram. Mesmo na Argentina, na Bolívia e no Equador, onde presidentes foram derrubados em insurreições populares que urgiam um basta ao neoliberalismo, esta foi a regra. No Uruguai, em que o governo Mujica (2010-2015) legalizou o aborto, a união homoafetiva e a maconha, a economia se desnacionalizou a um ritmo acelerado e os tratados com os Estados Unidos sempre estiveram à espreita.

Vista em perspectiva estrutural, o acanhamento político destes processos está referido à derrota do movimento histórico que lhe antecede. A contrarrevolução latino-americana, que teve sua expressão mais evidente nas ditaduras militares, gerou as condições para o neoliberalismo que, por sua vez, consolidou a contrarrevolução.

Nesta perspectiva, o bolivarianismo venezuelano, assim como o MAS, na Bolívia, ou a Alianza País, no Equador, nasceram nas fendas da devastação neoliberal, que debilitou os instrumentos de luta convencionais da classe trabalhadora, mas também desgastou os partidos da ordem. Assim como o Frente Amplio, no Uruguai, Fernando Lugo, no Paraguai, e os Kirchner, na Argentina, todos encontraram uma sociedade sofrida e atomizada, disposta a dar um voto de confiança no novo, mas não a muito mais. A correlação de forças e o convencimento para a mudança teriam que ser construídos.

Visto por este ângulo, o caráter das gestões petistas foi determinante para modular o sentido geral do processo. Além da importância política e econômica do Brasil, o país liderou um movimento de integração regional que potenciou as expectativas de mudança. Porém, a economia política do petismo projetou o seu modo de regulação do conflito social para a esfera regional, militando para conter a mudança não somente em seu território nacional, mas em toda a região.

Deste ponto de vista, a ressonância regional da UNASUL e a adesão unânime à sua coluna vertebral, a IIRSA, revela o alcance e o limite dos governos progressistas sul-americanos. Por um lado, fica evidente que a

exportação de matérias-primas é um denominador comum a todos, inclusive àqueles que se autodescreveram como revolucionários. No melhor dos casos, observa-se que houve uma mudança política radical, como na Venezuela, onde foi sepultado o legado do Pacto de Punto Fijo, que determinava um compartilhamento do Estado entre dois partidos desde os anos 1950; ou na Bolívia, cujo protagonismo indígena corroeu a *sociedad abigarrada*, caracterizada pelo apartamento social entre índios e não índios (ZAVALETA MERCADO, 1988).

Entretanto, em qualquer caso, verifica-se uma incapacidade para criar uma alternativa ao que se denomina nos países hispano-americanos como *extractivismo*, ou seja, uma economia ancorada na exploração de recursos primários para exportação. A Venezuela bolivariana tentou enfrentar a questão, com resultados insuficientes. Mas prevalecem aqueles que nunca questionaram consistentemente este padrão, a despeito de uma retórica em contrário, plasmada nas constituições de Equador e Bolívia. E, diga-se de passagem, enfrentariam a hostilidade brasileira se o fizessem.

Nestes últimos casos, constata-se uma espécie de reciclagem, em que a novidade política é instrumentalizada para reproduzir o velho padrão de dominação, descrito por Florestan Fernandes como o "Estado Autocrático Burguês" (FERNANDES, 1975). Este é o caso dos governos do PT no Brasil, cujo projeto regional pode ser sintetizado em dois vetores: dependência econômica nos marcos do extrativismo com benefícios relativos para corporações brasileiras, que frequentemente são elos fracos em cadeias de negócios que não comandam; e autonomia política também relativa, cujo limite são os interesses dos Estados Unidos na região.

Evidentemente, essa ambiguidade entre progressismo político e conservadorismo econômico gerou situações contraditórias, como no caso paraguaio, em que o apoio do Estado brasileiro a setores econômicos que se opõem à mudança política, como os plantadores de soja brasiguaios, terminou finalmente por revertê-la, por meio do golpe que derrubou Lugo em 2012 (SANTOS, 2014). A vulnerabilidade de processos de mudança política ancorada no continuísmo econômico se revela em momentos como o atual, quando a queda no preço das *commodities* alimenta situações críticas na região, com destaque para os casos da Venezuela e do Brasil. A corrosão das bases do pacto social lulista incide no processo de integração regional, cuja fragilidade também se explicita.

Em resumo: o alcance da onda progressista foi a mudança política, que se concretizou em numerosos casos nacionais. Porém, o limite desta mudança foi a continuidade macroeconômica, uma vez que as determinações fundamentais do neoliberalismo permaneceram inquestionadas. A exceção foi a Venezuela, embora também neste país a tentativa

se deu nos marcos do extrativismo, impondo um limite que se mostra fatal para o bolivarianismo.

Este alcance e limite da onda progressista encontra correspondência na dinâmica regional, em que a novidade política (a UNASUL) se materializou nos marcos da continuidade econômica (a IIRSA).

7.

É preciso tirar as lições desta experiência histórica. A lição fundamental é que as presidências petistas, e a onda progressista de maneira geral, ilustram com clareza cristalina os limites para a reforma dentro da ordem na América Latina.

A mágica lulista pretendeu conciliar capital e trabalho no plano doméstico: o limite aos avanços para os trabalhadores era dado pelos interesses do capital. De modo análogo, pretendeu conciliar soberania e imperialismo no plano regional: os limites da autonomia ambicionada eram os interesses dos Estados Unidos.

Mas os limites desta via ficaram evidentes. Em um país como o Brasil – ou em um continente como a América Latina – há pouco que os trabalhadores tenham a ceder na relação com o capital, exceto o seu bem mais precioso: a autonomia.

Em síntese, a política associada à onda progressista se mostrou suficiente para chegar aos governos, mas foi insuficiente para mudar os países. A tentativa de conciliação dos opostos implicou em diferentes estratégias de desmobilização e/ou aparelhamento do campo popular (entre a cooptação no Brasil e a repressão em Bolívia e Equador); ao mesmo tempo, os negócios prosperaram e se fortaleceram. Portanto, em uma perspectiva histórica ampliada, o *interregno* progressista pode ser visto como funcional à reprodução da ordem, porque conteve a mudança em contextos onde a sublevação contra o neoliberalismo (latente como no Brasil, ou aberta como na Argentina, Equador e Bolívia) ameaçava a própria ordem.

Assim, o ocaso da onda progressista está associado ao esvaziamento desta funcionalidade política (a contenção da mudança), em um contexto em que a crise do capitalismo se agrava (o fim do *boom* das *commodities*), pressionando por políticas mais agressivas no subcontinente. O saldo da experiência variará em cada país. Mas o denominador comum é a urgência de uma política diferente, na forma e no conteúdo, para construir a mudança necessária. É preciso restituir a densidade histórica da esquerda latino-americana, identificada com a superação da desigualdade e da dependência, mas sequestrada na atualidade por variadas expressões de reformismo conservador.

Reafirmar um horizonte de esquerda, capaz de superar a encalacrada histórica do subdesenvolvimento latino-americano, exigirá persistência, radicalidade e imaginação. Persistência, pois não há saídas imediatas. Radicalidade, porque está colocada pela história. Imaginação, porque é preciso vislumbrar o diferente e o novo, a despeito da colonização cultural e da resignação generalizada. Sem sentimentos e fazeres superiores à sociedade em que existimos, não há mudança possível.

Traduzindo em termos políticos, a esquerda precisa de um projeto, organizações, métodos e valores de esquerda. No Brasil, a burguesia tem a sua agenda, que é o ajuste estrutural. Tem organizações, como o parlamento, a mídia, o judiciário e a polícia. Seu método é o terror do desemprego para disciplinar o trabalho, e o terror da repressão para lidar com a insubordinação. E seus valores são aqueles do neoliberalismo, como o individualismo, a concorrência e o consumo.

A esquerda precisa construir uma política não apenas diferente, mas oposta àquela praticada pelos braços esquerdo e direito do partido da ordem: uma teoria e uma prática além do petismo.

É necessário um horizonte revolucionário, porque a história latino-americana comprova a impossibilidade da reforma. Este horizonte enseja um padrão civilizatório alternativo ao capitalismo, mas também ao comunismo. Isso porque a revolução na periferia enfrenta a desigualdade em condições em que a igualdade na abundância é impossível.

Portanto, sua superioridade não pode ser material, e precisa ser cultural: a sociedade revolucionária deve ser mais humana. O valor fundamental do humanismo revolucionário é a igualdade substantiva. A distribuição igualitária da riqueza é uma dimensão nuclear deste ideário, mas não é a única: o fim das hierarquias no trabalho, a participação na política, a igualdade de gênero e raça, a diferença cultural, também o integram. O antídoto à sedução do consumo, que prospera entre gente frustrada, só pode ser a realização humana referida à fruição da igualdade, da participação e da liberdade. O socialismo tem que ser uma cultura diferente e oposta ao capitalismo.

As novas gerações têm uma sensibilidade apurada para a dimensão política e cultural da igualdade substantiva, mas enfrentam o desafio da eficácia associada ao centralismo. Práticas políticas precisam renovar-se, mas evitando o espontaneísmo associado ao pós-modernismo, que é outra forma de individualismo. O delicado paradoxo da radicalização democrática na unidade revolucionária foi sintetizado por um jovem cubano, povo que entende do assunto: “O chamado à disciplina, dentro das filas revolucionárias, tem que estar compensado por uma indisciplina urgida pelas necessidades da mudança” (PÉREZ, 2008).

É necessária a indisciplina para dentro, renovando as formas da política, mas também para fora, transcendendo o cálculo parlamentar. As ocupações estudantis são uma amostra desta política corajosa e necessária, porque desafia a ordem. No mundo de hoje, a rebeldia é a maturidade da cultura.

Serão necessárias múltiplas práticas corajosas, movidas por milhares de organizações rebeldes, sedimentando a consciência de classe e o poder organizativo do povo brasileiro. Então, olharemos ao redor e a organização revolucionária estará. Este deve ser um desdobramento natural, tanto quanto o pedido de casamento é formalidade quando o namoro assentou, tijolo por tijolo, o amor.

Neste quadro, a candidatura da esquerda para 2018 será aquela que apontar para esta direção. O calendário eleitoral deve subordinar-se ao voto com os pés. Ir além do PT é ir além do Planalto: interessa a Brasília ocupada em vermelho.

Parece longe, quando se anda de joelhos. Então, é hora de se levantar.

Referências bibliográficas

BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 103, p. 25-52, maio 2014. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352014000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 jul. 2016.

_____. Contornos do pós-lulismo. Entrevista à revista *Cult*, 2016. São Paulo, nov. 2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. BNDES aposta R$ 7,5 bi no Friboi. São Paulo, 15/02/2010.

FERNANDES, Florestan. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil.* Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FOLHA de São Paulo. "Marisa morreu triste", afirma Lula em velório no ABC. *Caderno "poder"*, 5 de fevereiro de 2017, p. 7.

NOVOA GARZÓN, Luis Fernando. O Brasil e seu "desbordamento": o papel do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América do Sul. In: FUNDAÇÃO ROSA LUXEMBURGO. *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PÉREZ, Ernesto et al. Debate: "Que es para ti la Revolución: los jóvenes opinan". La Habana: *Temas.* N. 56:152-160, julio-septiembre de 2008.

SAGGIORO GARCIA, Ana. *A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo.* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PUC, 2012.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. "A problemática brasiguaia e os dilemas da projeção regional brasileira." In: DESIDERÁ NETO, Walter Antonio (org.). *O Brasil e Novas Dimensões da Integração Regional.* Brasília: IPEA, 2014.

SHERMAN, Wendy. Under Secretary for Political Affairs. *Remarks to the Council of the Americas and the Center for Strategic and International Studies (CSIS).* Carnegie Endowment for International Peace Washington, DC February 28, 2012. Disponível em <http://www.state.gov/p/us/rm/2012/184853.htm>. Acesso em 15/5/2014.

WEBBER, Jeffery; CARR, Barry. *The new Latin American left. Cracks in the Empire*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2013.

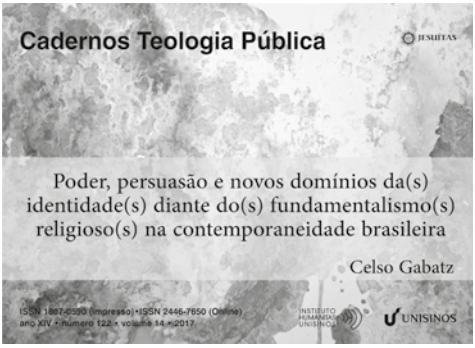
ZAGNI, Rodrigo Medina. "Carta aos calouros ou bem-vindo à pátria educadora". *Boletim Adunifesp,* São Paulo: mai. 2016. Disponível em <http://www. adunifesp.org.br/artigo/carta-aos-calouros-ou-bem-vindos-patria-educadorapor-rodrigo-medina-zagni>. Acesso em 2 jul. 2016.

ZAVALETA MERCADO, Rene. *Clases sociales y conocimiento*. La Paz: Amigos del libro, 1988.

Publicações do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 48 – *Mineração e o impulso à desigualdade: impactos ambientais e sociais*

Cadernos IHU em formação é uma publicação do Instituto Humanitas Unisinos – IHU que reúne entrevistas e artigos sobre o mesmo tema, já divulgados na revista ***IHU On-Line*** e nos Cadernos IHU ideias. Desse modo, queremos facilitar a discussão na academia e fora dela, sobre temas considerados de fronteira, relacionados com a ética, o trabalho, a teologia pública, a filosofia, a política, a economia, a literatura, os movimentos sociais etc., que caracterizam o Instituto Humanitas Unisinos – IHU.



Nº 122 – *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz

A publicação dos Cadernos Teologia Pública, sob a responsabilidade do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, quer ser uma contribuição para a relevância pública da teologia na universidade e na sociedade. A Teologia Pública busca articular a reflexão teológica em diálogo com as ciências, as culturas e as religiões, de modo interdisciplinar e transdisciplinar. Procura-se, assim, a participação ativa nos debates que se desdobram na esfera pública da sociedade. Os desafios da vida social, política, econômica e cultural da sociedade hoje, especialmente a exclusão socioeconômica de imensas camadas da população, constituem o horizonte da teologia pública. Os Cadernos Teologia Pública se inscrevem nesta perspectiva.

Nº 53 – *Por Onde Navegam? – Estudo sobre jovens e adolescentes do Ensino Médio de São Leopoldo e Novo Hamburgo* – Hilário Dick, José Silon Ferreira & Luis Alexandre Cerveira

Os Cadernos IHU divulgam pesquisas produzidas por professores/pesquisadores e por alunos dos cursos de Pós-Graduação, bem como trabalhos de conclusão de acadêmicos dos cursos de Graduação. Os artigos publicados abordam os temas ética, trabalho e teologia pública, que correspondem aos eixos do Instituto Humanitas Unisinos – IHU.

Nº 254 – *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kakozi Kashindi

Os Cadernos IHU ideias apresentam artigos produzidos pelos convidados-palestrantes dos eventos promovidos pelo IHU. A diversidade dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é um dado a ser destacado nesta publicação, além de seu caráter científico e de agradável leitura.

CADERNOS IHU IDEIAS

N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
N. 02 *O feminismo ou os feminismos: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montaño
N. 04 *Ernani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
N. 05 *O ruido de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identiários na TV* – Suzana Kilpp
N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Édison Luis Gastaldo
N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
N. 18 *Um itinenário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacóia Junior
N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
N. 22 *Fisica Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nísia Martins do Rosário
N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
N. 32 *À meia luz: a emergência de uma Teologia Gay – Seus dilemas e possibilidades* – André Sidnei Musskopf
N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Airton Luiz Jungblut
N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
N. 38 *Rosa Egipcíaca: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de "A Teoria da Classe Ociosa"* – Leonardo Monteiro Monasterio
N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Édison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
N. 46 *"Esta terra tem dono". Disputas de representação sobre o passado missioneiro no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evilázio Teixeira
N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Élida Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesselring
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desarmamento na Europa e no Brasil* – An Vranckx
N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi

N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
N. 66 *Adoecer: M*orrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675) – Eliane Cristina Deckmann Fleck
N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke
N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Ro*sa – Eduardo F. Coutinho
N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
N. 76 *Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octavio A. C. Conceição
N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
N. 83 *Dimensões normativas da Bioética* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnociência* – Peter A. Schulz
N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Marinês Andrea Kunz
N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana María Rocca Larrosa
N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valerio Rohden
N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Telmo Adams
N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul* – Mário Maestri
N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montaño
N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baioto
N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminotti
N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
N. 126 *Câmara Cascudo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexos na literatura universal: Leo Tolstoi* – Thomas Mann – Alexander Soljenítsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel
N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Nicklass Luhmann* – Leonardo Grison

N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstroem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borba da Silva
N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta
N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greyce Vargas
N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lockmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
N. 151 *As reformas político-econômicas pombalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasserman
N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'ýikue no município de Caarapó-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
N. 171 Sub specie aeternitatis – *O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsotto e Everaldo Cescon
N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
N. 182 *Censo 2010 e religiões:reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéle Schuck Pinto
N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Morais Campetti e Tiago Wickstrom Alves
N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre*

humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico – Adolfo Nicolás

N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato

N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro

N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari

N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta socialpor moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho

N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso

N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano

N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn

N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach

N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato

N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva

N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco

N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio

N. 209 *As possibilidades da Revolução em Ellul* – Jorge Barrientos-Parra

N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges

N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi

N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros

N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelso Schneider

N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola

N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martínez

N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani

N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger

N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti

N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal

N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco

N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir

N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato

N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho

N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues

N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó

N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxeberria Mauleon

N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada

N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola

N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas

N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racialismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern

N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho

N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro

N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevian

N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Iturriet Avila & João Batista Santos Conceição

N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva

N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters

N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal

N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter

N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato

N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago

N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz

N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni

N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga

N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filordi de Carvalho

N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fontoura Pinto Neto

N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli

N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governamento* – Dora Lilia Marín-Díaz

N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano

N. 249 *Jesuítas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneidson Santos Costa

N. 250 *A Liberdade Vigiada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende

N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi

N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli

N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinícius Nicastro Honesko

N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kakozi Kashindi

N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda

N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz

N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa

N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton

N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto

N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro

N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa

N. 262 *As sociabilidades virtuais glocalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti

Fabio Luis Barbosa dos Santos. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo - USP. Professor da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), atuando no curso de Relações Internacionais no campus Osasco. Pesquisador colaborador do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo - USP. Tem experiência na área de História e Relações Internacionais com ênfase em História da América Latina e História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: História Contemporânea; História Econômica; História da América Latina; Relações Internacionais na América Latina; Pensamento Brasileiro e Latino-Americano.

Algumas publicações do autor

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Origens do pensamento e da política radical na América Latina*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.

_____. *Além do PT. A crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana*. São Paulo: Elefante, 2016.

_____. Perversão e trauma: impasses da política peruana contemporânea. *Latinoamerica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, v. 62, p. 195-226, 2016.

_____. Dois ângulos para uma análise da projeção regional brasileira: a visão do Departamento de Estado norte-americano e a questão brasiguaia. *Papel Político*, v. 20, p. 565-583, 2016.

_____. Atualidade da noção de América Latina: diálogo crítico com Leslie Bethell. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 2, p. 261-297, 2016.

_____. Quinze anos da IIRSA: um balanço crítico. *Revista História & Luta de Classes*, v. 11, p. 29-41, 2016.

Outras contribuições

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Os governos "progressistas" da América Latina foram funcionais à reprodução do neoliberalismo.* Entrevista especial publicada por IHU On-Line, em 11/05/2017. Disponível em: https://goo.gl/UkJDUX. A entrevista foi realizada por João Flores da Cunha.

UNISINOS